

## A QUESTÃO DA JUSTIFICAÇÃO PÚBLICA EM JOHN RAWLS: ALCANCE E SIGNIFICADO

**FLORINDO DE MIRANDA, John<sup>1</sup>; COITINHO SILVEIRA, Denis<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas, Curso de Filosofia; <sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Filosofia. deniscoitinhosilveira@gmail.com

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar o alcance e significado dos procedimentos de justificação pública (*public justification*) na teoria da justiça como equidade de John Rawls, de modo a contribuir com o debate atual acerca da justificação moral em ética. A intenção básica aqui é precisar qual o alcance moral da justificação pública, partindo de uma concepção política de justiça, onde o critério público como recurso justificacional permite recorrer a um modelo pragmatista de justificação. Assim, pela via pragmática pode-se afirmar que o significado dos enunciados morais é dado pelo uso, possibilitando recusar o uso de teorias epistemológicas e ontológicas para justificar os princípios de justiça. Portanto, a justificação pública visa uma alternativa à justificação epistemológica tradicional, que necessita de uma teoria do significado para garantir a verdade objetiva dos enunciados morais. Assim, a teoria da justiça como equidade de Rawls pode ser vista também como uma teoria que busca justificar publicamente seus princípios, afirmando que a justificação é superior à relação entre justificação e verdade, e que as teorias epistêmicas não atingem a verdade objetiva de fatos morais.

### 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A investigação é de natureza bibliográfica, tomando com ponto de partida a exegese das obras de Rawls e dos principais textos de seus comentadores, bem como fazendo uso de textos em epistemologia moral para situar a teoria rawlseana no interior do debate a respeito da justificação moral.

Desse modo, a investigação pressupõe as seguintes tarefas:

- revisão de fontes teóricas sobre justificação epistemológica e epistemologia moral, incluindo o exame das fontes teóricas que abordam o debate travado entre coerentistas e fundacionalistas e entre realistas e antirrealistas em autores como Audi, Sosa, Brink, Smith, Mackie, Dancy, Blackburn, Shaefer-Landau, Boyd, Sayre-McCord;
- investigação do significado da concepção política de justiça de Rawls nas obras *JF V*, § 54, *PL I e II*, *LHPPh*: 01-372, “The Independence of Moral Theory” (*CP*), “Justice as Fairness: Political not Metaphysical” (*CP*), com uso dos seguintes comentadores: Audard, Freeman, Dombrowski, Baynes, Nagel, Young;
- análise das características da justificação pública que é usada por Rawls em *JF I*, § 9, *PL I e IV*, *TJ I*, § 4, 9, “Replay to Habermas” (*PL*), “The Domain of the Political and Overlapping Consensus” (*CP*), fazendo uso dos seguintes comentadores de Rawls: Audard, Freeman, Pogge, Daniels, Scanlon, Larmore, Bird-Pollan, Sayre-McCord, D’Agostino, Hayfa, Hedrick;

- exame dos procedimentos da (1) posição original em *TJ III* e *JF III*; (2) equilíbrio reflexivo em *TJ I*, § 4, 9; *IX*, § 87 e *JF I*, § 10; (3) consenso sobreposto em *PL IV* e *JF I*, § 11 com uso da razão pública em *PL VI*, “Replay to Habermas” (*PL*) e “The Idea of Public Reason Revisited” (*CP*), fazendo uso dos seguintes comentadores de Rawls: Baynes, Herman, Larmore, Scanlon, Audard, Freeman, Dombrowski;
- reflexão sobre o papel da ideia da estrutura básica da sociedade (*basic structure of society*) neste processo de justificação em *JF* § 4, 15, 16, 41-53, *PL VII*, *TJ I*, § 1-3, a partir de Freeman, Scanlon, Pogge, Audard, Reidy;
- estudo da importância da garantia de estabilidade (*stability*) em *JF V*, § 55-60, *LP I*, “Replay to Habermas” (*PL*) e para o alcance da categoria de justiça de fundo (*background justice*) em *JF* § 4, 15, 33, *PL VI*, *TJ II*, § 14 neste contexto justificacional.

### 3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A função da ideia de uma justificação pública (*public justification*) é compreender adequadamente a justificação no âmbito de uma concepção pública de justiça, em uma sociedade caracterizada pelo pluralismo razoável (*reasonable pluralism*) (*JF I* § 9.1: 26). Esta ideia de justificação pública está ligada com a ideia de sociedade bem ordenada (*well-ordered society*) que é organizada por uma concepção de justiça pública. Assim, a ideia de uma justificação pública aponta para uma concepção moral específica para estrutura básica da sociedade, não sendo uma doutrina abrangente, apenas uma concepção razoável em que seus princípios expressam valores políticos; e está restrita à ideias fundamentais que se encontram na cultura política pública de uma sociedade democrática, como, por exemplo, a ideia de uma sociedade como um sistema equitativo de cooperação social (*society as a fair system of cooperation*) e a ideia de cidadãos como livres e iguais (*free and equal persons*) (*JF I*, § 9.1: 26-27)

O processo de uma justificação pública pretende que os juízos políticos sejam justificados entre os cidadãos, e isto representa convencê-los por meio da razão pública, isto é, através de raciocínios e inferências adequadas com questões políticas básicas, recorrendo apenas a determinados valores políticos que sejam razoáveis aos outros. Esta justificação pública depende de um acordo de juízos políticos pelo menos no que diz respeito aos elementos constitucionais essenciais, a saber: (1) os princípios fundamentais que determinam a estrutura geral do governo e seu processo político; prerrogativas do legislativo, executivo e judiciário; limites da regra da maioria e (2) direitos e liberdades básicos iguais de cidadania (direito de votar e participar da política, liberdade de pensamento, associação, consciência e garantia do estado de direito) (*JF I* § 9.3: 28). Esta justificação pública tem por base tomar como ponto de partida as ideias fundamentais contidas na cultura política para formar uma base pública de justificação, em que todos os cidadãos (tomados como racionais e razoáveis) podem endossar a partir de suas doutrinas abrangentes (concepções filosóficas, religiosas, morais). Dessa maneira, tem-se um consenso sobreposto de doutrinas abrangentes razoáveis, e isto implica em assumir uma concepção política em equilíbrio reflexivo. Como a teoria da justiça não é uma doutrina fundacionalista, não tem a necessidade de provar a verdade desses juízos a partir de um intuicionismo racional ou de um racionalismo transcendental, basta que

se alcance este consenso moral, a partir do uso público da razão, para o encontro do comensurável

#### 4 CONCLUSÃO

A justificação pública, então, pode ser compreendida como uma alternativa ao binômio excludente entre o totalmente justificado (justificação fundacionalista, como a realista, por exemplo) e a ausência de justificação (posicionamento antirrealista, não-cognitivista, cético ou emotivista, por exemplo) através da interconexão dos procedimentos da posição original sob o véu da ignorância, equilíbrio reflexivo amplo e consenso sobreposto com o uso de uma razão pública. Pois, restringindo-se ao âmbito político, a justificação pública se baseia apenas no critério de razoabilidade, garantindo a possibilidade de justificar publicamente princípios que expressam nosso senso de justiça.

#### 5 REFERÊNCIAS

- AUDARD, Cathérine . “John Rawls e o Conceito do Político”. In: RAWLS, John. *Justiça e Democracia (Justice et Démocratie)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000: 13-37.
- \_\_\_\_\_. *John Rawls*. McGill-Queen’s University Press, 2007.
- AUDI, Robert. *The Structure of Justification*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BAYNES, Kenneth. *The Normative Grounds of Social Criticism: Kant, Rawls, Habermas*. Albany: SUNY Press, 1992.
- BIRD-POLLAN, Stefan. Rawls: Construction and Justification. *Public Reason*, 2009, 1 (2): 12-30.
- BRINK, David. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Rawlsian Constructivism”. In: *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989: 303-321.
- D’AGOSTINO, Fred. “The Legacies of John Rawls”. In: *The Legacy of John Rawls*. BROOKS; FREYENHAGEN (Eds.). London: Continuum, 2007.
- DANIELS, Norman (Org.) *Reading Rawls*. Oxford: Blackwell, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Justice and Justification: Reflective Equilibrium in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DANCY, Jonathan. *Moral Reasons*. Oxford: Blackwell, 1993.
- DAVION, Victoria; WOLF, Clark (Eds.) *The Idea of a Political Liberalism: Essays on Rawls*. Lanham e Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- DOMBROWSKI, D. *Rawls and Religion: the case for political liberalism*. Albany: SUNY Press, 2001.
- FREEMAN, Samuel (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Rawls: Routledge Philosophers*. London: Routledge, 2007a.
- \_\_\_\_\_. The Burdens of Public Justification: constructivism, contractualism, and publicity. *Politics, Philosophy, Economics*, 2007b, 6: 5-43.
- \_\_\_\_\_. *Justice and the Social Contract: Essays on Rawlsian Political Philosophy*. Oxford University Press, 2007c.
- HAYFA, Tarek. *The Problem of Public Justification in Political Philosophy: Rawls, Rorty and Habermas*. VDM Verlag, 2008.

- HEDRICK, Todd. *Rawls and Habermas: Reason, Pluralism, and the Claims of Political Philosophy*. Stanford, California: Stanford University Press, 2010.
- IRWIN, Terece. *The Development of Ethics : A Historical and Critical Study*, Vol. III: From Kant to Rawls. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- KORSGAARD, Christine. *The Sources of Normativity*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. Realism and Constructivism in Twentieth-Century Moral Philosophy. *Philosophy Documentation Center*, 2003: 99-122.
- \_\_\_\_\_. "The Authority of Reflection". In: SHAFER-LANDAU; CUNEO (Eds.). *Foundations of Ethics: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2008: 93-106.
- LARMORE, Charles. "Public Reason". In: FREEMAN, Samuel (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003: 368-393.
- MACKIE, J. L. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. London: Penguin Books, 1977.
- McCARTHY, Thomas. Kantian Constructivism and Reconstructivism: Rawls and Habermas in Dialogue. *Ethics*, vol. 105, n. 1, October, 1994: 44-63.
- MILO, Ronald. "Contractarian Constructivism". In: SHAFER-LANDAU; CUNEO (Eds.). *Foundations of Ethics: An Anthology*. Oxford: Blackwell, 2008: 120-131.
- O'NEILL, Onora. *Constructions of Reason: Explorations of Kant's Practical Philosophy*. Cambridge University Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. "Constructivism in Rawls and Kant". In: FREEMAN (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge University Press, 2003: 347-367.
- PÄIVÄNSALO, Ville. *Balancing Reasonable Justice: John Rawls and Crucial Steps Beyond*. Ashgate, 2007.
- POGGE, Thomas W. *Realizing Rawls*. Ithaca: Cornell, 1989.
- \_\_\_\_\_. "On Justification". In: *John Rawls: His Life and Theory of Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2007: 161-177.
- RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *The Law of Peoples*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Collected Papers*. Ed. S. Freeman. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Lectures on the History of Moral Philosophy*. Harvard University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Justice as Fairness: A Restatement*. Ed. E. Kelly. Harvard University Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Lectures on the History of Political Philosophy*. Harvard University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Brief Inquiry into the Meaning of Sin and Faith*. Ed. Thomas Nagel. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Outline of a Decision Procedure for Ethics" (1951). In: *CP*: 1-19.
- \_\_\_\_\_. "Two Concepts of Rules" (1955). In *CP*: 20-46.
- \_\_\_\_\_. "The Independence of Moral Theory" (1975). In: *CP*: 286-302.
- \_\_\_\_\_. "Kantian Constructivism in Moral Philosophy" (1980). In: *CP*: 303-358.
- \_\_\_\_\_. "Justice as Fairness: Political not Metaphysical" (1985). In: *CP*: 388-414.
- \_\_\_\_\_. "The Domain of the Political and Overlapping Consensus" (1989). In: *CP*: 473-496.
- \_\_\_\_\_. "Themes in Kant's Moral Philosophy" (1989). In: *CP*: 497-528.
- \_\_\_\_\_. "Reply to Habermas" (1995). In: *PL*: 372-434.
- \_\_\_\_\_. "The Idea of Public Reason Revisited" (1997). In: *PL*: 440-490.
- ROBERTS, Peri. *Political Constructivism*. London: Routledge, 2007.
- SCANLON, T. M. "Rawls on Justification". In: FREEMAN (Ed.). *The Cambridge Companion to Rawls*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003: 139-167.
- SMITH, Michael. *The Moral Problem*. Oxford: Blackwell, 1994.
- SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.